### Diogo Alexandre Restani

# PRESCRIÇÃO PENAL

Imprescindibilidade e Utilidade (leitura prática, doutrinária e jurisprudencial)

1ª edição



2014

## PRESCRIÇÃO PENAL: IMPRESCINDIBILIDADE E UTILIDADE Diogo Alexandre Restani

© 2014 Diogo Alexandre Restani Todos os direitos reservados

ISBN 978-85-65490-49-8

Dados Internacionais de Catalogação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro)

Restani, Diogo Alexandre

Prescrição penal : imprescindibilidade e utilidade : (leitura prática, doutrinária e jurisprudencial) / Diogo Alexandre Restani. -- 1. ed. -- São Bernardo do Campo, SP : Garcia Edizioni, 2014. -- (Série Garcia jurídico)

Bibliografia

ISBN 978-85-65490-49-8

1. Prescrição penal 2. Prescrição penal - Brasil I. Título. II. Série.

14-11164 CDU-343.291

Índices para catálogo sistemático: 1. Prescrição: Direito penal 343.291

Revisado por:

**Shirley Mariano Gonçalves** 

Design Gráfico:

**GARCIA** edizioni

Capa:

**Naty Pinho** 

Impressão:

Gráfica GARCIA

Editado por: GARCIA edizioni

Site: www.garciaedizioni.com.br E-mail: info@garciaedizioni.com.br

## SUMÁRIO

PREFACIO	15
PLANO DE TRABALHO	19
INTRODUÇÃO	23
1 CONCEITO	25
2 ORIGEM E BREVE HISTÓRICO	28
3 NATUREZA JURÍDICA	31
4 FUNDAMENTO	34
4.1 Teoria do decurso do tempo	36
4.2 Teoria da correção do	
condenado (teoria da emenda)	37
4.3 Teoria da presunção da negligência da autoridade	37
4.4 Teoria da perda ou dispersão da prova	38
4.5 Teoria da expiação moral	38
4.6 Teoria do esquecimento	39
4.7 Teoria da piedade	39
4.8 Teoria psicológica	39
4.9 Teoria da exclusão do ilícito ou da	
extinção dos efeitos antijurídicos	40
4.10 Teoria orientada por princípios de política criminal	40
4.11 Teoria da estabilização das situações jurídicas	41
4.12 Posicionamento crítico	42

5 DISTINÇÃO CONCEITUAL – PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA, PEREMPÇÃO, RENÚNCIA			
E PERDÃO	43		
6 ESPÉCIES DE PRESCRIÇÃO	45		
6.1 Lapsos prescribentes	45		
6.2 Punitiva	46		
6.2.1 Abstrata	46		
6.2.2 Intercorrente	47		
6.2.2.1 Prescrição abstrata após a prolação de sentença			
6.2.3 Retroativa (item atualizado pela Lei nº 2.234/			
6.3 Executória	-		
6.3.1 Detração penal e a prescrição			
6.3.2 Perdão judicial e a prescrição			
6.3.3 Prescrição pelo restante da pena			
6.4 Prescrição da multa			
6.4.1 Multa substitutiva			
6.5 Prescrição das restritivas de direito			
6.5.1 Termo inicial			
6.6 Prescrição das medidas de segurança	71		
6.7 Prescrição das penas mais leves e das mais graves			
7 PRESCRIÇÃO ÚTIL (prescrição antecipada)			
7.1 Terminologia	76		
7.2 Conceito	77		
7.3 Natureza Jurídica	78		
7.4 Teorias fundamentadoras	82		
7.5 Jurisprudência favorável			
7.6 Teorias desmotivadoras	91		
7.7 Jurisprudência contrária – Súmula 438, do STJ	92		
7.8 Posicionamento crítico	94		

8	DISPOSIÇÕES GERAIS97
	8.1 Forma de contagem – data prescribente
	8.2 Termos iniciais (item atualizado pela Lei nº
	2.650/12)99
	8.2.1 Crimes tributários105
	8.2.2 Fluência paralela de termos iniciais107
	8.3 Causas de redução e de aumento da prescrição108
	8.4 Atenuantes, agravantes, causas de aumento
	e diminuição da pena110
	8.5 Causas impeditivas (ou suspensivas)111
	8.5.1 Outra causa de suspensão115
	8.5.2 Novas causas de suspensão (onze causas)116
	8.6 Causas interruptivas
	(item atualizado pela Lei nº 11.596/07)122
	8.6.1 Comunicabilidade da interrupção141
	8.6.2 Nova causa de interrupção142
	8.7 Concurso de crimes (material, formal e continuado)143
	8.7.1 Crimes acessórios, complexos e conexos –
	incomunicabilidade144
	8.7.2 Crime-fim e crime-meio146
	8.8 Consequências147
	8.9 Momento para a declaração148
	8.10 A prescrição no tempo e no espaço149
	8.11 Recurso cabível
<b>)</b> ]	PRESCRIÇÃO NA LEGISLAÇÃO ESPECIAL157
	9.1 Contravenções Penais157
	9.2 Crimes falimentares157
	9.3 Crimes militares158
	9.4 Crimes eleitorais158
	0.5 Crimes ambientais 158

9.6 Crimes de imprensa (lei não recepcionada pela CF/8	
STF, ADPF n° 130)	159
9.7 Abuso de autoridade	160
9.8 Segurança Nacional	160
9.9 Sonegação Fiscal	161
9.10 Tóxicos	161
9.11 ECA	161
9.11.1 Posicionamento crítico	167
10 PRESCRIÇÃO NO DIREITO COMPARADO	169
10.1 Itália	169
10.2 França	172
10.3 Alemanha	172
10.4 Portugal	175
10.5 Espanha	176
10.6 Argentina	176
11 IMPRESCRITIBILIDADE	178
12 ALTERAÇÃO LEGISLATIVA (LEI Nº 12.234/10)	179
12.1 Direito Intertemporal	180
12.2 Posicionamento crítico	180
13 ALTERAÇÃO LEGISLATIVA (LEI Nº 12.650/12)	184
13.1 Direito Intertemporal	185
13.2 Posicionamento crítico	185
14 NOVO CÓDIGO PENAL	187
CONCLUSÃO	189
REFERÊNCIAS	191